



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

ANEXO I DO EDITAL 04/2014

PROGRAMA DE PROVAS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

PROGRAMA PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS: FISCAL DE COLETIVO, FISCAL DE MEIO AMBIENTE, FISCAL DE POSTURAS, FISCAL SANITÁRIO E FISCAL TRIBUTÁRIO

Ementa de Língua Portuguesa:

Leitura, compreensão e interpretação de textos. Conhecimentos lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares). Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal. Crase. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida para Língua Portuguesa:

HIDELBRANDO, A. *Gramática ilustrada*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2009.
CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa: novo acordo ortográfico*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
NETO, C.P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, C.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

Ementa de Matemática:

Conjunto dos números naturais: a numeração decimal, operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários, resoluções de problemas. Frações e números decimais: operações com números decimais. Sistemas Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: função do 1º grau, função quadrática, função exponencial, função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

Bibliografia sugerida para Matemática:

DANTE, L. R. *Matemática: contexto e aplicações*. Ática, 2000. (v.1 e v.2).
GIOVANNI, J. Ruy, et al. *Matemática fundamental: uma nova abordagem*. FTD, 2002.
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: matemática 1º ano*. Saraiva, 2011.
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: matemática ciência e aplicações*, 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v.1).
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: Matemática 2º ano*. São Paulo: Saraiva, 2011.
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: matemática ciência e aplicações*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 2).
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: Matemática 3º ano*. São Paulo: Saraiva, 2011.
IEZZI, Gelson, et al. *Conecte: matemática ciência e aplicações*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 3).
FILHO, Benigno Barreto; BARRETO, Cláudio Xavier. *Matemática Aula por Aula: Ensino Médio*. SÃO PAULO: FDT, 2000.

Ementa de Informática:

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. Edição de textos e planilhas. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). Transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de correio eletrônico. Sítios de busca e pesquisa na Internet. Grupos de discussão. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

Bibliografia sugerida para Informática:

FILHO, Pio Armando Benini; MARÇULA, Marcelo. *Informática - Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Erica, 2010. (v. 3).
VELLOSO, Fernando de Castro. *Informática - Conceitos Básicos*. 8. ed. Campus, 2011.
Livros e apostilas do Office 2007 e Office 2010.
Manuais impressos ou eletrônicos dos sistemas operacionais e aplicativos Microsoft.

Ementa de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Meio Ambiente

Noções de saúde pública, epidemiologia e saneamento. Sistemas de abastecimento e tratamento de água. Unidades do sistema de abastecimento de água. Qualidade da água. Importância do abastecimento de água. A água na transmissão de doenças. Qualidade, impurezas e características físicas, químicas e biológicas da água. Padrões de Potabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Sistemas de tratamento de esgotos sanitários. Sistemas de coleta de esgotos sanitários. Tratamento coletivo e individual de esgotos domésticos. Potencial e limitações do reuso da água. Tratamento de efluentes industriais. Drenagem urbana e Pluvial. Impactos das águas pluviais no ambiente urbano. Resíduos sólidos: conceito, classificação, acondicionamento, coleta, transporte e destino final. Resíduos de Serviço de Saúde: armazenamento, coleta, destino final, normas técnicas aplicáveis. Ecologia e poluição ambiental. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Impactos Ambientais dos resíduos sólidos. Implantação e operação de Aterros Sanitários. Programas de reciclagem e minimização da geração de resíduos. Organismos governamentais e legislação ambiental. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). A Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.455/04). Estudo de impactos ambientais (EIA). Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). A legislação Ambiental no Brasil. As Metodologias do EIA/RIMA. O gerenciamento ambiental; zoneamento econômico-ecológico, licenciamento e monitoramento. Recuperação de áreas degradadas. Proteção de nascentes, cachoeiras, grutas e acidentes geográficos. Proteção de sítios arqueológicos. Contenção de encostas nas vias de transporte. Impactos das vias de transporte no ambiente. Código Florestal Federal e Resoluções CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Atividades do CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Melhoria do Ambiente). Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Meio Ambiente

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

BRASIL. Lei Complementar n. 140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, n. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e n. 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Lei n. 20.922, de 16 de outubro de 2013 - Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.

ITABIRITO. Lei Orgânica Municipal de Itabirito, revisada em 11 de dezembro de 2006.

ITABIRITO. Código de Posturas Municipal. Lei n. 1615, de 27 de dezembro de 1990.

ITABIRITO. Lei n. 2.422, de 25 de julho de 2005. Reorganiza o CODEMA e altera a nomenclatura para CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Melhoria do Ambiente e dá outras providências.

ITABIRITO. Lei n. 2.417, de 25 de julho de 2005. Dispõe sobre a política de proteção, do controle e da conservação do ambiente, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no município de Itabirito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

- ITABIRITO. Decreto n. 7.632, de 2005. Regulamenta a Lei n. 2417, de 2005.
- ITABIRITO. Lei n. 2.560, de 2005. Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
- ITABIRITO. Lei n. 2.566, de 2005. Plano Diretor Municipal.
- ITABIRITO. Lei n. 2.597, de 25 de junho 2007. Dispõe sobre o uso de equipamentos sonoros, revoga a Lei Municipal n. 2.137, de 20 de março de 2000 e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências: destaque para o Art. 18.
- BRASIL. Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
- HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucutec-Anpocs, 1998.
- RICTER, C. A; AZEVEDO NETTO, J.M. *Tratamento de água: tecnologia atualizada*, São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
- DACACH, N. G. *Sistemas urbanos de água*, Rio de Janeiro: LTC, 1991.
- ANA: Agência Nacional de Águas, *Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos*, 3. ed. Brasília, 2002.
- PHILIPPI JR. A; et al. *Municípios e meio ambiente: Perspectivas para a municipalização as gestão ambiental no Brasil*. Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, 1999.
- ABES: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1967.
- LIMA, J. D. *Resíduos sólidos urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: ABES, 2001.
- Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.
- KATO, Mario Takayuki; PIVELI, Roque Passos. *Qualidade das águas e poluição: aspectos físico-químicos*. São Paulo: ABES, 2006. 285 p.
- VON SPERLING, M. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. 3.ed.
- SANTOS, R.F. *Planejamento Ambiental: teoria e prática*. Oficina de Textos, 2004.
- CAVALCANTI, Yara; MELLO, Claudia dos S.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro. *Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação, verificação*. Rio de Janeiro: Triângulo, 2004.
- CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- SANTOS, L. M. *Avaliação ambiental de processos industriais*. 2. ed. Signus, 2006.
- DERÍSIO, J.C. *Introdução ao controle de poluição ambiental*. 3. ed. São Paulo: Signus, 2007. 192 p.
- DI BERNARDO, L. *Métodos e técnicas de tratamento de água*. São Carlos, 2005.
- SPERLING, M. Von. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. 3. ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 452 p.
- GIANETTI, B.F.; ALMEIDA, C. *Ecologia Industrial*. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.
- BECHARA, E. *Licenciamento e Compensação Ambiental*. Atlas, 2009. 321 p.
- SANCHEZ, L.E. *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- DIAS, R. *Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade*. Atlas, 2006.
- REIS, M. J. L. *ISO 14000 -Gerenciamento Ambiental*. São Paulo: Qualitymark, 1995.
- ITABIRITO. Lei n. 3.003 de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Ementa de Conhecimentos Específicos para Fiscal Sanitário

Higiene e proteção dos alimentos: cuidados higiênicos. A notificação das doenças. Higiene, profilaxia e política sanitária. Promoção da saúde e prevenção de doenças. Conceitos e aplicação do processo saúde/doença. Condições sanitárias de alimentos, equipamentos, instalações e ambientes. Asseio e saúde dos que manipulam alimentos. Epidemia, endemia e pandemia. Orientações e combate a doenças contemporâneas. Educação e saúde. Diretrizes e princípios do SUS. Participação popular e controle social. Lei n. 8.080/90. Lei Orgânica Municipal. Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos para Fiscal Sanitário

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF - Título VIII, Da Ordem Social - Capítulo II, DA SEGURIDADE SOCIAL - Seção II. Da Saúde - Art. 196 ao 200.

ITABIRITO. Lei n. 2.459, de novembro de 2005. Plano diretor de Itabirito.

BRASIL. Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece sanções respectivas, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 8.077, de 14 de agosto de 2013. Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976.

BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Lei n. 15.474, de 28 de janeiro de 2005. Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

BRASIL. Resolução RDC n. 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

BRASIL. Resolução CONAMA n. 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

BRASIL. Portaria n. 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.

ITABIRITO. Lei Orgânica do Município de Itabirito.

Resoluções ANVISA pertinentes.

ITABIRITO. Lei n. 1.765, de 1993. Código Sanitário Municipal de Itabirito.

ITABIRITO. Lei n. 3.003, de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

Ementa de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Posturas

Conhecimentos básicos sobre fiscalização: competência para fiscalizar, ações fiscais, diligências, licenciamento, autorização, autos de infração, multas e outras penalidades, recursos. Conhecimentos básicos sobre a legislação municipal relativa ao cargo: Lei Orgânica do Município. Código de Obras do Município, Código Municipal de Posturas e legislação complementar. Posturas públicas do Município de Itabirito quanto à segurança nas vias públicas, poluição sonora, poluição visual e conveniências em relação às atividades comerciais e industriais. Instalação de canteiros de obras. Obras de terra: escavações, escoramentos de valas, aterros, compactações de terrenos e de valas, cortinas de contenção e muros de arrimo. Tipos de fundações para edificações. Execução de cimbramentos para obras de concreto armado e execução de alvenarias de blocos e de tijolos. Noções de urbanismo. Conceito de logradouro público. Alinhamento e cotas. Parqueamento e estacionamento. Noções sobre aferição de pesos e medidas, comércio ambulante, cortes de árvores, queimadas. Análise tributária na fiscalização de estabelecimentos industriais e comerciais no que concerne ao Alvará de Localização e Funcionamento e na fiscalização do comércio ambulante. Bens Públicos. Desapropriação. Agentes públicos. Responsabilidade dos Agentes Públicos. Crimes contra a administração pública. Código Tributário do Município de Itabirito. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia Sugerida de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Posturas

ITABIRITO. Lei n. 2460, de 14 de dezembro de 2005. Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de Itabirito.

MINAS GERAIS. Lei n. 20.922, de 16 de outubro de 2013. Novo Código Florestal de Minas Gerais.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

ITABIRITO. Lei n. 2.459, de 14 de dezembro de 2005. Código de Obras Municipal.

ITABIRITO. Lei n. 2.466, de 14 de dezembro de 2005. Plano Diretor de Itabirito.

ITABIRITO. Lei n. 1.615, de 27 de dezembro de 1990. Código de Posturas Municipal.

Noções sobre Direito administrativo em especial processos e procedimentos.

Noções sobre Direito Civil em especial ao Direitos de Vizinhança.

ITABIRITO. Lei Orgânica Municipal de Itabirito, revisada em 11 de dezembro de 2006.

ITABIRITO. Lei n. 1.816, de 17 de dezembro de 1993. Institui o código tributário municipal do Município de Itabirito, MG.

BRASIL. Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 8.213, de 24 de julho de 1991, n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, n. 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

ITABIRITO. Lei n. 2.481, de 2009. Dispõe sobre o comércio ambulante em Itabirito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

ITABIRITO. Lei n. 3.003, de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Ementa de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Coletivo

Normas gerais de circulação e conduta. Pedestres e condutores de veículos não motorizado. Educação para o trânsito. Sinalização de trânsito. Engenharia de tráfego, operação, fiscalização e policiamento ostensivo de trânsito. Noções de Mecânica de 4 rodas; veículos; registro de veículos; habilitação; licenciamento; infrações; penalidades; medidas administrativas; crimes de trânsito; conceitos e definições; sistema nacional de trânsito: composição; direção defensiva; primeiros socorros; meio ambiente e trânsito. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia sugerida de Conhecimentos Específicos para Fiscal de Coletivo

BRASIL. Constituição (1988). Sistema Tributário Nacional. Disposições gerais, competências tributárias e suas limitações, impostos de competência dos municípios e taxas.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

ITABIRITO. Lei Orgânica Municipal de Itabirito, revisada em 11 de dezembro de 2006.

ITABIRITO. Lei n. 1.615, de 27 de dezembro de 1990. Código de Posturas Municipal.

DEMBST. Manual Básico de Segurança no Trânsito. 1a. ed., 2006.

BRASÍLIA: DENATRAN. Código de Trânsito Brasileiro. BRASÍLIA: DENATRAN, 2002.

BRASÍLIA: DENATRAN. Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004. Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.

BRASÍLIA: DENATRAN. Resolução n. 169, de 17 de março de 2005. Altera a Resolução nº 168/04, de 14 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 245, Seção I, Página 73, de 22 de dezembro de 2004.

BRASÍLIA: DENATRAN. Resolução n. 80, de 19 de novembro de 1998. Altera os Anexos I e II da Resolução no 51/98-CONTRAN, que dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de avaliação psicológica.

ITABIRITO. Lei n. 3.003, de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Ementa de Conhecimentos Específicos para Fiscal Tributário

Competência tributária, limitações da competência tributária, Direito Tributário: legislação tributária, obrigação tributária, crédito tributário, administração tributária. Espécies Tributárias: Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Contribuições Parafiscais. Competência Tributária: União, Estados e Municípios. Princípios de Direito Tributário. Fato Gerador. Sistema Constitucional Tributário. Repartição e Distribuição das Receitas Tributárias. Imunidade Tributária. Sujeito: Ativo e Passivo da Obrigação Tributária. Responsabilidade Tributária. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do Crédito Tributário - Isenção e Anistia. Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 04/2014

Fundação Renato Azeredo - www.gestaoconcurso.com.br - comunicacao@gestaoconcurso.com.br

isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bi-tributação e 'BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS), local incidência do imposto, fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos municipais: critérios estruturais, princípios constitucionais, da progressividade, isenções tributárias, do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Código Tributário do Município de Itabirito. CFEM – Competência e Arrecadação, Cota Parte União, Estado e Município. Utilização CFEM esfera municipal. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.

Bibliografia Sugerida de Conhecimentos Específicos para Fiscal Tributário

BRASIL. Decreto n.10.369, de 03 de junho de 2014. Regulamenta a de educação de material empregado na Construção Civil na Base de Cálculo do ISSQN.

Brasil. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. Lei Complementar n.116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 2.323, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e dá outras providências.

ITABIRITO. Lei n. 2.910, de 01 de abril de 2013. Altera a Lei Municipal n. 2.323, de 22 de dezembro de 2003.

ITABIRITO. Lei n. 2.928, de 07 de junho de 2013. Dispõe sobre o registro, o acompanhamento e a fiscalização da exploração de recursos minerais no território do Município de Itabirito, de acordo com as competências definidas no art. 23, XI e no art. 30, I e II, da Constituição Federal, estabelece condições para o funcionamento das empresas que exploram recursos minerais e que realizam pesquisas minerais no território do Município de Itabirito, institui obrigações correlatas e impõe penalidades decorrentes do respectivo descumprimento, dando outras providências.

ITABIRITO. Lei n. 2.985, de 18 de dezembro de 2013. Altera a Lei Municipal de n. 2.853, de 28 de dezembro de 2011, que autoriza o Município a doar área de terreno a SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS, SA., destinado a implantação de unidade industrial para a produção de bebidas e altera a Lei Municipal n. 2.323, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza e dá outras providências.

BRASIL. LEI n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).

ITABIRITO. Decreto n.1, de 11 de janeiro de 1991. Regulamenta CFEM e utilização de recursos hídricos.

ITABIRITO. Lei n. 3.003, de 02 de maio de 2014. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itabirito.